

# **Por um consenso de classe no movimento contra-Hhegemônico na América Latina.**

Lúcia Maria de Barros Freire.

Cita:

Lúcia Maria de Barros Freire (2007). *Por um consenso de classe no movimento contra-Hhegemônico na América Latina. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/273>

XXVI CONGRESO ALAS – Asociación Latinoamericana de Sociología – 13 a 18 / 07 / 2007

Tema – Latinoamérica en y desde el mundo. Sociología y Ciencias Sociales ante el cambio de época: legitimidades en debate.

Grupo: Control social, legitimidad y seguridad ciudadana.

## PONENCIA

### POR UM CONSENSO DE CLASSE NO MOVIMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO NA AMÉRICA LATINA

Autora: Dr<sup>a</sup> Lúcia Maria de Barros Freire<sup>#</sup>

Na passagem do último milênio para o atual, novos movimentos e legitimidades entram em cena, diante da crise de longa duração do padrão capitalista (Mandel, 1982), que sucede as três décadas “gloriosas”, entre os anos 1940 e 1970, nas quais o fordismo-keynesiano obtém um equilíbrio tenso mas estável entre o grande capital, o grande trabalho organizado e o grande Estado (Harvey, 1994:125), ancorado pelas lutas dos trabalhadores organizados e pela “guerra fria” entre as potências que representavam propostas antagônicas: a desse modo de produção e de relações sociais e a da perspectiva socialista de superá-lo.

De um lado, impõe-se o controle mundializado do capital, que utiliza todo o seu poder – econômico-financeiro, tecnológico e ideológico nos aparatos do Estado – para a reestruturação das relações entre capital e trabalho, com novas direções comandadas pelo primeiro para superação de sua própria crise, radicalizando a prática dos seus princípios, em um padrão flexível, de inspiração neoliberal. Esse padrão desmontou os alicerces fordistas e keynesianos (embora sem eliminar totalmente o seu uso), instaurando uma nova hegemonia do capital, que inclui a produção de uma nova cultura de trabalho e de Estado em seu favor. Essa cultura busca legitimar o resultante encolhimento desses dois pilares da sociedade, atribuindo a eles a origem da crise e provocando o desemprego de caráter estrutural, em oposição ao pleno emprego que favorecia a organização dos trabalhadores e relativa paz social, uma vez que a utilização das tecnologias, desenvolvidas com essencial participação dos dois sujeitos

---

<sup>#</sup> Doutora em Serviço Social, Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Brasil.

rechaçados, foi largamente utilizada em favor do capital. O sucesso político desse movimento resultou em efeitos destrutivos imensos inerentes a esse modo de produção, que se intensificaram, atingindo medularmente as forças de esquerda dos Estados nacionais e a organização política dos trabalhadores, entre outros tipos de perda <sup>1</sup>.

Nesse período, os sindicalistas viram-se e ainda se vêem diante de difíceis contradições, que traduzem a crise de transição entre velhas e novas formas de atender às suas necessidades. A sua base, conforme Birh (1998), é “uma crise de reprodução (...) do capital [como] *relação social* contraditória (...). [Como tal, ela] só pode ser simultaneamente crise desse pólo antagonista do capital, que é o proletariado, e portanto crise do movimento operário” (ibid:67). Para esse autor, a crise ultrapassa a do fordismo-keynesiano e outras anteriores, colocando “muito mais fundamentalmente em questão esse modo de produção em sua essência (...) [não dizendo] respeito especificamente ao proletariado, mas à sociedade (e até mesmo à humanidade) inteira” (id.:ibid.). Tal ameaça estende-se à democracia, conforme referência de Beynon (2003:47), como também à destruição da natureza, na criatividade destrutiva do capitalismo, hoje na ordem do dia.

Os impasses e enfrentamentos, porém, na dialética da história, apresentam uma outra face, a despeito da desestruturação das lutas sindicais nos locais de trabalho, que se expressaram em grandes transformações de sindicatos fortes como o dos Petroleiros e Metalúrgicos e da Central Sindical brasileira mais politizada, a Central Única dos Trabalhadores – CUT (Freire, 1998, 2003 e Freire e Silva, 2006). Eles estimularam a expansão da ação sindical em outra direção, diferente daquela que se iniciava na fábrica, para os espaços públicos na luta contra-hegemônica, que chamei de “globalização da resistência” (Freire, 1998 e 2003), em um processo de relativa universalização e descorporativização, que se desenvolveram no Brasil, como também na América Latina e no mundo <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> As perdas, identificadas na primeira fase das pesquisas desta autora (1995-98), encontram-se na sua tese (Freire, 1998, resumidas no livro de 2003, cap.I). Elas se verificaram em todas as dimensões: *materiais*, com redução do efetivo de trabalhadores, relativa estagnação de salários e redução dos salários indiretos (benefícios); *de saúde*, sobretudo psíquica, em função do estresse provocado pela intensificação do trabalho e ameaça de expulsão desse mercado; *sócio-políticas*, manifestadas no retrocesso do trabalhador coletivo como sujeito político, refletida também nos comportamentos de apatia, individualismo e competitividade interna, destrutiva da identidade, consciência e solidariedade de classe.

<sup>2</sup> Dados desse processo encontram-se em Freire e Silva, 2006.

Ao mesmo tempo, sobreviveram e se desenvolveram outros movimentos e legitimidades fora do âmbito da fábrica<sup>3</sup>. Entre esses, destaco um processo molecular menos visível, presente e contraditório, sobre os quais desenvolvi alguns estudos, em face de ter atraído sindicalistas no citado movimento de resistência fora da “fábrica”, identificado ao final da primeira fase da pesquisa. Trata-se dos mecanismos de controle social democrático no Brasil, criados no processo que se desenvolveram na luta pela derrubada da ditadura militar (vigente de 1964 a 85), expressando-se na Constituição Federal de 1988, no processo de redemocratização conquistado pela sociedade civil organizada, com destaque ao movimento da “reforma sanitária”, integrada por intelectuais da área e sindicalistas. Eles contribuíram para retardar as políticas neoliberais no País, logrando a promulgação não somente da Constituição Federal mas também de Constituições Estaduais como as do Rio de Janeiro e de São Paulo, que expressaram esses avanços, apesar da extrema desigualdade e baixa escolarização vigente no Brasil. Esse controle social pela população e trabalhadores organizados vem se desenvolvendo como uma das vias de avanço democrático, politização e cultura contra-hegemônica.

A categoria *controle social* é aqui colocada em oposição ao que efetivamente vem prevalecendo sob o domínio do capital e do Estado *sobre* as massas, usado na sociologia tradicional. Ou seja, um processo expresso na “participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais” (Bravo, 2001:45). Entre outras formas, esse controle tem sido construído por meio de Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais periódicas sobre políticas e direitos sociais e Conselhos permanentes de elaboração, implementação e fiscalização dessas políticas, de estrutura setorializada (compreendendo as áreas de Saúde, de Previdência, de Assistência Social, entre outros setores, que atualmente se encaminham para constituir paralelamente um fórum unificado de Seguridade Social). Infelizmente, a efetivação desse processo se deu paralelamente à consolidação do projeto neoliberal nesse país, a partir do Governo Collor de Mello, em 1990. Porém, independentemente das contradições históricas, a organização da cultura política de massa manteve-se minimamente nesses mecanismos de controle social pela população trabalhadora.

---

<sup>3</sup> Entre esses movimentos, destacam-se o dos Sem Terra, dos anos 1980, e dos Sem Teto, com o apoio do primeiro, no enfrentamento da questão urbana, imensamente agravada com o desenvolvimento do novo modo de acumulação neoliberal, paralelamente ao da questão agrária, com o agro-negócio expulsando camponeses de seu local de trabalho.

Trata-se de uma estratégia central como exercício político para ultrapassagem do domínio do capital, como apontado por Mészáros (2002), quando analisa o movimento de apropriação do controle social, domínio esse que vem sendo “re-transferido ao corpo social como um todo”, ganhando importância no mundo e compelindo o capital a admitir novamente os seus limites (ibid.:991-4). Evidentemente trata-se de uma luta desigual, enquanto o capital tiver o controle global, que, segundo esse autor, é o seu elemento definidor. Porém, é um exercício político central para os trabalhadores se prepararem para se tornar *classe dirigente* antes de ser *classe dominante*, no sentido gramsciano, na perspectiva de uma *democracia de massas*, que expressaria momentos síntese da *vontade coletiva nacional-popular*, prevendo-se inclusive a sua alternância, segundo regras pactuadas do jogo democrático.

O controle social como caminho democrático brasileiro de direção contra-hegemônica ao neoliberalismo, aqui explicitada, tem sido verificado nesses fóruns democráticos nos âmbitos federal, estadual e municipal do País. Entre eles destacam-se: 1) os Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos, com participação de representantes da sociedade civil nas áreas desses direitos, juntamente com representantes de instituições que gerenciam programas relativos às políticas e do governo; 2) as Conferências periódicas sobre essas políticas e direitos, por esses representantes.

Inicialmente apresentamos o caso exemplar do Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador do Rio de Janeiro (CONSEST-RJ) e, em especial, o processo e conteúdos da IIIª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador nesse Estado.

O CONSEST-RJ foi instituído em 1990, como instância do Programa de Saúde do Trabalhador (PST) da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, área do Poder Executivo Estadual no campo da saúde coletiva <sup>4</sup>. Ele constituiu, até 2006, um colegiado interinstitucional e intersindical, com o objetivo de traçar diretrizes, acompanhar a execução e avaliar as ações de saúde do trabalhador, no Sistema Único de Saúde (SUS) nesse Estado da Federação. Esses objetivos, de modo semelhante aos dos demais Conselhos no Brasil, são articulados com os das instâncias de controle social municipais, assim como com os de outros estados brasileiros e com o Conselho Nacional.

---

<sup>4</sup> Esse Programa é responsável pelas *ações de saúde do trabalhador*, prescritas na *Lei Orgânica da Saúde* - LOS (nº 8080, de 19/09/1990), que institui o *Sistema Único de Saúde* (SUS), nos termos do seu art. 6ºc, par. 3º.

O CONSEST-RJ possuía particularidades que lhe conferiam singularidade especial, que devem reproduzir-se na Comissão de Saúde do Trabalhador do Conselho Estadual de Saúde (CES) e principalmente nos Conselhos Gestores de Saúde do Trabalhador dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), segundo a nova estrutura. Essas particularidades são: 1) O papel especial de agente coletivo fiscalizador de condições de trabalho. 2) Em função desse papel, o CONSEST-RJ não era composto por representantes de empresários (ou instituições das classes dominantes, como os demais Conselhos), mas por representantes dos sindicatos e Centrais Sindicais, dos Programas de Saúde do Trabalhador das Secretarias Municipais de Saúde e de instituições de excelência relacionadas à saúde do trabalhador nesse Estado <sup>5</sup>. 3) Suas quatro diretrizes fundamentais desde sua fundação efetivaram as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo elas: a) *a transdisciplinaridade* (construída através das múltiplas visões em torno do objeto comum saúde do trabalhador, com seus pressupostos fundamentais e sua estratégia de ação, compartilhados pelos diversos profissionais e pelos trabalhadores, como sujeitos de conhecimento); b) *o controle social* (compreendendo planejamento, deliberação, execução e avaliação sobre as ações relativas à saúde do trabalhador pela instância da sociedade que sofre na sua saúde os impactos da exploração); c) *a transformação do modelo legalista de atenção à saúde* para o que inclui a saúde no sentido integral, dinâmico e articulado à realidade social e política; d) *a descentralização e a municipalização das ações*, implicando formação em saúde, assistência e fiscalização como meio de prevenção, além de desburocratização.

Nesse espaço, a objetivação dessas diretrizes teve excelente desenvolvimento até 1997, evidenciando o alcance real das potencialidades do controle social como força de enfrentamento e de limites ao capital, alterando processos de trabalho e possibilitando o desenvolvimento do potencial dos trabalhadores como sujeitos políticos coletivos e intelectuais orgânicos da sua classe (Cf. Vasconcelos e Ribeiro, 1994, Machado, 1996 e Freire, 1998). Contudo, o aprofundamento das políticas neoliberais – ocorrido principalmente no segundo período do Governo Federal de Cardoso (1999-2002), com a devastação dos empregos e do patrimônio público investido nas empresas estatais, associada às restrições de

---

<sup>5</sup> Essas instituições incluem seis Universidades públicas do Rio de Janeiro e a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, especialmente integrantes de seu Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana.

condições e entraves burocráticos a essas organizações de controle social articuladas às instâncias do poder público (Ministérios e Secretarias) – evidenciaram a relativa dependência desses mecanismos a condições mínimas de apoio governamental.

Na análise de atas do CONSEST-RJ entre 1997 e 2003, entre outros documentos do PST-RJ, acompanhamento de suas reuniões e entrevistas com dirigentes do Programa, representantes de instituições integrantes e sindicalistas, foi constatado que o funcionamento e as intervenções do Conselho sofreram uma queda progressiva entre 1998 e 2002 (a partir do final do primeiro mandato do Governo Cardoso), (conforme Freire, Wardine e Ferreira, 2004).

Nesse período, houve retraimento progressivo dos sindicatos, ao constatar a falta de respaldo ao Conselho para suas ações e, ao mesmo tempo, processos de recusa às intervenções pelas grandes empresas, inclusive na justiça, e de cooptação de trabalhadores, prefeitos e comunidades, antes associadas à luta contra as agressões ao meio ambiente, por meio dos denominados programas de “responsabilidade social”. Paralelamente, houve esvaziamento com extrema redução de profissionais que trabalhavam no Programa, mediante corte daqueles cedidos por instituições e dos contratados, que conduziu à extinção, em 1998, de um mecanismo estratégico central para o processo: o das Câmaras Técnicas segundo Ramo de Produção, onde eram produzidos os processos de reflexão e de ações de vigilância coletiva. A partir daí e da intensificação dos processos hegemônicos neoliberais apontados, é observado o retrocesso, que se refletiu na ausência dos sindicalistas nas reuniões do Conselho e na relativa superficialidade no trato das questões e ações ali abordadas.

A partir de 2003, no Governo de Lula da Silva, observa-se a revitalização dos espaços de controle social, apoiada pelos Ministérios específicos, efetivando-se também a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador (RENAST), com distribuição dos respectivos recursos, e a retomada das Conferências e avanços na reestruturação da organização dos mecanismos de controle social. Paralelamente, porém, também foi revelado mais um produto gestado pelos processos de privatização e as terceirizações: um contingente de novos trabalhadores despolitizados e concentrados na meta de sua empregabilidade, os desmotivou quanto à participação na tentativa de reeditar o mecanismo das Câmaras Técnicas pelo PST/SES/RJ, em 2006.

As Conferências de Saúde foram retomadas depois de 11 anos, já em 2003, articuladas com Conferências nas três instâncias governamentais, juntamente com a multiplicação desse

instrumento e dos Conselhos Municipais de Saúde, implantação de Conselhos Gestores da Saúde e de Comissões de Saúde do Trabalhador nos Conselhos Municipais de Saúde <sup>6</sup>. Esse processo revelou a efervescência política potencial da população, em seus diversos níveis culturais, mantida relativamente invisível no último mandato do governo federal anterior.

A 3ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador no Rio de Janeiro, em 2005, que utilizo como demonstrativo dessa vitalidade, possibilitou a percepção, de um lado, de fragilidades e de bloqueios na cultura política brasileira, expressos em disputas de poder entre conselheiros de origens diferenciadas, ao serem ampliados esses espaços. De outro ângulo, porém, a retomada dos mecanismos de controle social tornaram visível a vontade política desses diversos sujeitos políticos coletivos constituídos e ampliados, empenhados na construção da política nacional de saúde do trabalhador, sob consulta pública. Tal processo foi incentivado e proposto pelo Ministério da Saúde, expressando a preocupação de criar “um consenso nacional” para essa política, com o acordo dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, que convocaram as Conferências em conjunto<sup>7</sup>.

O conteúdo dessa Conferência representou a consolidação, por esses sujeitos, de princípios abafados, no período anterior citado, no Rio de Janeiro, que conseguiu objetivar os princípios da VIIIª Conferência Nacional de Saúde (CNS), da Iª de Saúde do Trabalhador (CNST), em 1986, e da IIª CNST, em 1994, reiterados nas deliberações da 12ª CNS, em 2003. Entre eles se destacam os princípios avançados e eixos que representam uma direção contra-hegemônica da relação capital-trabalho, que são: a integralidade [incluindo nesta a universalidade] e a transversalidade da ação do Estado em saúde dos(as) trabalhadores(as)

---

<sup>6</sup> Uma das primeiras iniciativas do Ministério da Saúde no atual governo foi a antecipação da 12ª Conferência Nacional de Saúde, em 2003, que reuniu mais de 4.000 representantes de todo o Brasil, para deliberar sobre os rumos do Sistema Único de Saúde, sendo o Ministro da Saúde oriundo do movimento de renovação dessa área (Brasil, 2005). Além desses mecanismos na Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), foram criados Conselhos e realizadas Conferências, com grande capilarização, promovidos pelos Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades, para diagnóstico e construção das políticas respectivas, inclusive de desenvolvimento urbano.

<sup>7</sup> Pela primeira vez no Brasil houve essa promoção comum entre esses ministérios, anteriormente resistentes, diante dos processos tecnocráticos das ações, consolidados historicamente nos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social. Para a 3ª Conferência Estadual foram realizados 700 encontros municipais, com participação de 100 mil pessoas, integrantes de associações, sindicatos, movimentos populares, trabalhadores informais, profissionais da saúde, fiscais do trabalho e peritos da previdência social (ibid.). No Rio de Janeiro, houve a representação de 69 municípios, com 368 delegados, dos quais 280 da população desses municípios (RIO DE JANEIRO, 2005).



(eixo 1 das Conferências); a incorporação da saúde dos(as) trabalhadores(as) nas políticas de desenvolvimento sustentável (eixo 2); a efetivação e a ampliação do controle social (eixo 3).

Verifica-se agora mais um movimento de revitalização, inédito no Brasil. Nos resultados aprovados na III<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, os conselheiros do CONSEST-RJ reconhecem suas propostas e mais: há um novo processo desencadeado, que é o de montar comissões para implementar as propostas, fato que mobilizou sobremodo seus integrantes, motivando inclusive uma série de cursos, seminários e oficinas.

O processo no interior desses mecanismos, mobilizando trabalhadores organizados e população, confirma a possibilidade dessa direção contra-hegemônica, que, embora restrita e muito manipulada nos locais de trabalho e nas comunidades, pelas estratégias empresariais neoliberais, amplia-se fora desses locais, na conjugação de trabalhadores formais e informais, movimentos sociais e intelectuais que prestam serviços nas instituições. Contudo, ele ainda depende da direção política governamental para sua expansão e de segmentos comprometidos com os interesses dos trabalhadores no seu interior, como evidenciado, necessitando fortalecer-se sobretudo na articulação com os movimentos sociais e organizações mais autônomas de trabalhadores, a fim de superar as diferentes identidades dos segmentos, e competitividade entre eles.

Nesse sentido, a análise do processo permite sinalizar a grande distância entre a constituição dessas camadas trabalhadoras difusas, diversificadas nos vínculos trabalhistas, situação econômica e experiência política, fragmentadas e impregnadas da cultura de dominação, e sua caracterização como classe para si, conforme Marx (19--:158-9), uma vez que, ao invés de coalizão, percebe-se a competição por esses pequenos espaços de poder, que divide lideranças comunitárias e lideranças sindicais vinculadas ao ex-CONSEST-RJ. Contudo, o processo poderá permitir a análise dessa questão, sendo central o papel dos intelectuais.

A despeito das diferenças nesses movimentos, em sua dialética de espaços contraditórios, das dificuldades enfrentadas e do retrocesso ocorrido, os mecanismos de controle social no Brasil mantêm-se como espaço de organização da cultura da população trabalhadora brasileira, na direção contra-hegemônica de construção do consenso da classe que vive do seu trabalho sobre o tema central do seu interesse que é a política de saúde. Tal realidade novamente nos remete à lógica gramsciana, quando apresenta o movimento da

subjetividade na construção da própria objetividade, inserido na socialização da política (Coutinho, 1992:58).

Coloca-se aqui a necessidade de ampliar o debate sobre o movimento dialético entre a objetividade e a subjetividade, conforme a análise em Gramsci, tanto com relação aos espaços de controle social apresentados, como em relação às contradições constatadas no processo de inserção sindical nos espaços de poder societário e à ascensão do partido dos trabalhadores e de seu representante mais carismático ao poder, Luís Inácio Lula da Silva, podendo ser aplicado ao atual movimento de esquerdização da América Latina.

Esse movimento insere-se na concepção de “Estado ampliado”, entendido como esfera pública que integra organizações da “sociedade civil”, além da “sociedade política”, articulado à concepção de “sociedade ocidental”, possuidora de uma esfera civil mais estruturada e complexa, na qual o consenso prevalece sobre a coerção das sociedades politicamente menos avançadas. Esse consenso é conquistado no campo das idéias e da cultura, para formar a base social necessária à direção política.

Segundo a síntese de Simionatto (op.cit.: 43-45), Gramsci aponta três momentos que expressam essa dialética. O primeiro é o econômico-corporativo, no qual a luta se volta para o interesse das corporações, tendo este movimento predominado até a década de 1970 no Brasil. O segundo atinge a busca dos interesses mais amplos de todos os membros do grupo social, ainda do ponto de vista econômico porém alcançando o Estado, a legislação e a participação na gestão, dentro dos quadros vigentes, conquistas essas obtidas na década de 1980 nesse país. O terceiro seria mais estritamente político, de hegemonia, num plano mais universal, na passagem para o ético-político, que significa o movimento, do objetivo ao subjetivo, em um plano superior; poder-se-ia, quanto a essa construção do nível ético-político, também situar o papel do Partido dos Trabalhadores e de outros mais ideológicos da esquerda brasileira nas décadas de 1980 e 90, assim como de movimentos como o dos Sem Terra no Brasil. Todavia, ao alcançarem os primeiros as esferas do poder, a subjetividade defronta-se com novo momento de objetividade, no qual a direção ideológica encontra-se despreparada para conviver com o domínio possibilitado pelo aparelho do Estado, que, além do mais, é imensamente complexo e diversificado, nas dimensões subjetiva e objetiva dos sujeitos que nele atuam, sobretudo na interação com os grupos conservadores que o tem dominado há centenas de anos.

Esses impasses da subjetividade, relativamente idealizada, em confronto com o novo momento objetivo têm produzido sensação de paralisia, de perda de uma história construída no Brasil com anos de vida dos militantes e dos sindicalistas, junto com a percepção de ausência de controle social interno nesses fóruns. Essa falta de controle social interna torna-se uma das principais contradições determinantes da crise – da chamada “disputa por dentro” – tanto no Partido dos Trabalhadores (PT) como na CUT, que tem colocado ambos em uma auto-destrutiva encruzilhada. Ela expressa o auge da contradição com o processo de ampliação positiva em direção ao espaço público, com a sociedade, a ponto de, ao alcançar maiores esferas de poder, afastar-se dos processos que lhes dava uma identidade singular: a democracia, o controle social interno, “a soberania da assembléia como última instância decisória”, de modo a efetivar os princípios de “liberdade e autonomia sindical, a visão classista, a organização de base” (conforme Costa, 2000).

Desse modo, na medida em que o capital resolve suas crises transferindo-as para outras maiores, os novos desafios desencadeiam novos projetos pela população trabalhadora, em situações cada vez mais complexas e contraditórias, como sujeito político coletivo na “fábrica global”. Esse sujeito se insere, junto com as demais forças locais, nacionais e internacionais, nos estudos e ações políticas para interferir nos rumos da totalidade societária, em direção cada vez mais ampla, para enfrentar a atual globalização do capital. Contudo, é necessário não se perder nessa via dos espaços maiores de poder, como mostra a crise atual da CUT no Brasil, associada à do governo que ajudou a eleger e de seu partido majoritário. Recoloca-se assim a dificuldade do preparo para ser classe dirigente e dominante e a necessidade de sua maturação, buscando ultrapassar a cultura histórica do poder instituído.

Risco semelhante parece estar sendo construído no atual movimento contra-hegemônico na América Latina, expresso nos processos eleitorais recentes, cuja ampliação implica um consenso ativo, organizado e construído com a sociedade, a despeito das diferentes configurações dos seus Estados Nacionais. Isto porque, de modo semelhante aos processos de ocupação dos espaços observados de controle social democrático instituídos no Brasil, como também da ocupação de espaços de poder nos órgãos de governo do Estado brasileiro, diversos dados têm representado indícios da grande dificuldade de consolidação desse movimento contra-hegemônico nessa região. Entre as dificuldades e impasses destaco três com maior visibilidade, evidentemente bem explorada pela mídia a serviço dos dominantes do

mundo: a divisão dos sujeitos coletivos que compõem esses movimentos, com exploração das diferenças; a extrema dificuldade de entendimento da realidade objetiva que compõe o poder instituído, em sua complexidade e diferenças, entre elas a política e a cultural, dos diversos grupos e povos historicamente constituídos; o despreparo para perceber as armadilhas e artimanhas dos poderes conservadores instituídos, servindo a esses poderes as diferenças e dificuldade de entendimento.

Nessa lógica, para melhor atendimento da expectativa das populações, é necessário fortalecer o movimento contra-hegemônico e construir um consenso crítico, alinhando intelectuais e populações, a partir dos fóruns de controle social em todos os espaços coletivos nos Estados nacionais e na formação dos blocos, com investimento na organização da cultura, a partir da análise das contradições impostas pelo capitalismo. Ele inclui o debate sobre as diferenças existentes e a consciência da complexidade e diversidade na correlação de forças nas sociedades na América Latina, assim como uma pauta unificada, que ultrapasse a economia, atingindo a política e a cultura popular.

Nesse sentido, é importante destacar a necessária precondição colocada por Mészáros: “(...) uma ‘reestruturação da economia’ socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa (...)” (ibid:1078). A mesma direção é expressa por Birh (1998:229-30), pela “autonomia” como um dos elementos da base conjugada à unidade e à ação comum. Nesta autonomia democrática pela base, porém, além do indispensável controle social a ser efetivado nas ações cotidianas, é imprescindível o desenvolvimento da cultura pela população e trabalhadores organizados, partidos e governos que têm suas origens na população trabalhadora. Essa é uma condição para desenvolver um consenso ativo e crítico por esses sujeitos, sob pena de perda do sentido dos momentos ultrapassados e dos espaços conquistados, que novamente recairão nos dominantes de sempre, como tem acontecido em diversos países.

Nesse momento, torna-se crucial, portanto, sob pena de perda do já conquistado, a organização da cultura em um plano superior, do “concreto pensado” segundo Marx (1982:14), pois a subalternidade cultural implica em subalternidade social e política.

“A constituição de classe é assim compreendida por Gramsci à luz da dialética subalternidade/hegemonia. A passagem de classe subalterna à classe hegemônica se dá no processo de correlação de forças sociais, políticas e militares, ou seja, na

relação entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, singularidade e universalidade” (Simionatto, op.cit.:43).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTUNES, Ricardo. A crise e os sindicatos. *Teoria e Debate*, São Paulo, n.20, Partido dos Trabalhadores, 1993.
- BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In SANTANA, M.A. e RAMALHO, R. *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova “questão social”*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BIRH, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa*. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência e Assistência Social, *3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador – 3ª CNST: “Trabalhar, sim! Adoecer, não!”*. Brasília, DF, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Lei Orgânica da Saúde - LOS (nº 8080, de 19/09/1990)*.
- BRAVO, Maria Inês S. Gestão democrática na saúde: o potencial dos Conselhos. In BRAVO, M. I. S. e PEREIRA, P. A. P. *Política Social e democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- COSTA, Cândida da. *Sindicalismo e cidadania: análise da relação entre CUT e Estado na construção da esfera pública no Brasil*. São Paulo: Unitrabalho; São Luís: EDUFMA, 2000
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, Lúcia M. B. *Saúde do Trabalhador e Serviço Social: Possibilidades pelo avesso do avesso*. Tese de doutorado. PUC-São Paulo. São Paulo, s.n., 1998, 4 v, 673 f.
- \_\_\_\_\_. *O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_, WARDINE, Jurema F. e FERREIRA, Aline de J. Avanços e Retrocessos nas Ações de Controle Social em Saúde do Trabalhador. In XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Fortaleza. 2004. CD-ROM: 17eixo\_oral\_18.
- \_\_\_\_ e SILVA, Ana Paula Procópio da. Organização política dos trabalhadores além da fábrica. In FREIRE, L. M. B., FREIRE, S. M. e CASTRO, A T. B. (orgs). *Serviço Social, Política Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- MACHADO, Jorge M.H. *A heterogeneidade da intervenção: alternativas e processos de vigilância em saúde do trabalhador*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro [s.n.], 1996.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, C. *Miséria de la Filosofía*. Moscú, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 19--.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boi Tempo, 2002.

RIO DE JANEIRO / SES. *Resolução SES Nº2809*. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2005.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos & RIBEIRO, Fátima. *A organização dos serviços de saúde do trabalhador sob o prisma epidemiológico e de controle social - avaliação das práticas do Rio de Janeiro (Brasil) no período de 1992-1994*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1994, 23p.